



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA
Ato GP nº 391/2012

ATA DE REUNIÃO

| | |
|--------|------------|
| Data | 05/06/2018 |
| Início | 11:45 |
| Fim | 13:15 |

1. Participantes.

| Nome | Unidade |
|-------------------------------------|---|
| Adriana Freitas Brandão Correia | Diretoria-Geral |
| Simone Ferreira de Oliveira e Cruz | Assessoria da Presidência |
| Érica Ferreira | Assessoria da VPCRE |
| Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu | Escola Judiciária Eleitoral |
| Fábio Lami Júnior | Secretaria de Administração |
| Flávio Augusto Castanheira Celano | Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais |
| Ana Luíza Claro da Silva | Secretaria Judiciária |
| André dos Santos Sant'Anna | Secretaria de Tecnologia da Informação |
| Fernando José da Fonseca | Secretaria de Orçamento e Finanças |
| Luciana Batista | Assessoria de Comunicação |
| Márcia de Moraes Lopes | Secretaria de Gestão de Pessoas |
| Soraya Previtali Morisson | Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão |

Convidados

| Nome | Unidade |
|--------------------------------|---|
| Eneida Salazar de Moura | Assessor II da Diretoria Geral |
| Suzana Soares de Araújo | Escola Judiciária Eleitoral |
| Renata Motta Geronimi | Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão |
| Flávia Conceição de Lima Vidal | Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão |
| Larissa de Matos Biajoli | Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão |

2. Pauta

Deliberações da CGE sobre iniciativas estratégicas.

3. Descrição da reunião

A Diretora-Geral abriu a reunião, anunciando a nomeação de Renata Motta Geronimi para a Secretaria de Gestão de Pessoas. Esta agradeceu a nomeação e confiança, e informou que precisará do apoio dos demais. A Diretora Geral reafirmou que gerenciar

pessoas é realmente bastante complexo, ao que Renata acrescentou haver o compromisso de estabelecer um plano de trabalho para tal.

A área de projetos se comprometeu a realizar reuniões mais ágeis para acompanhamento das iniciativas estratégicas.

A palavra foi passada para a Assessora Soraya, a qual lembrou haver pendência, em relação à RAE anterior, com relação a um indicador para medição da satisfação de clientes externos, pois o mesmo ainda está inativo.

Na sequência, após apresentação em telas de PowerPoint, foram feitas as seguintes considerações sobre as iniciativas estratégicas:

SEI

Conforme informação do Gerente do Projeto foi sugerida pela TI a retirada da aquisição da solução de Backup em disco do escopo do projeto. A Diretora Geral informou que o gerente do projeto enviou a planilha com informações sobre TR em branco, questionando ao André dos Santos qual seria o risco, considerando-se o volume de documentos envolvidos. Ponderou que este aspecto deveria ser enviado para a Comissão de Segurança da Informação. André respondeu que se tratava de uma questão técnica, e não propriamente de segurança da informação, que o backup estaria garantido, e que no máximo haveria alteração da frequência de backup. Além disso, acrescentou que a própria solução de storage, que possui várias redundâncias, minimizaria a necessidade de backup, com baixa probabilidade de haver problema e/ ou necessidade de recuperação de dados no backup. Com relação ao storage, estariam sendo feitos esforços para antecipar a contratação para julho. Na política atual, o backup é feito diariamente, porém com a adoção do SEI, o backup seria feito a cada 2 dias. O custo do backup serviria então para cobrir o custo do storage. A Diretora Geral destacou a necessidade de concluir o TR em julho, a fim de que em novembro tudo esteja pronto para que seja feito o pagamento.

Com relação ao momento de implantação, se novembro ou janeiro, a Diretora Geral informou que iria levar ao Presidente proposta para implantação em janeiro. Fernando José Fonseca, da SOF, mostrou-se preocupado com relação ao impacto nos pagamentos, pois com uma implantação em janeiro deve-se levar em conta que vários servidores estarão de férias. Fabio da SAD ponderou que em novembro já há muitos servidores de férias também. A DG informou então que o Presidente está analisando estas alternativas e que levou o relatório para ter mais fundamentos em sua decisão.

Deliberou-se então, com base na avaliação técnica do Secretário de TI, pela retirada da aquisição de backup em disco do escopo do projeto SEI, devendo a ficha do projeto ser alterada após a definição pelo Presidente da data de implantação (janeiro ou novembro).

VPN

Foi identificado um atraso na instalação dos equipamentos nas unidades, mas o André informou que isto está sob controle. O TR de circuitos está atrasado, mas está sendo elaborado.

Instalações Elétricas - NUAD

Flavio Celano informou que o TR atrasou um pouco por conta de demandas concorrentes da SEFISC, além de férias de servidores, mas que isto não teria impacto significativo no prazo final. Um dos atrasos se deu por conta de uma reorçamentação do projeto, feita na SEFISC, adiantando dessa forma o trabalho da SAD. A Diretora Geral questionou o custo de 110.000,00 seria adicional em relação aos 480.000,00 previstos, o que foi confirmado pela ASPLAN, porém com a informação de que seria para o ano que vem. Ficou acertado com o projetista que haverá outra etapa, além das duas etapas previstas originalmente, e que o TR havia sido dividido em 2 fases para melhor adequação. O projeto atual só prevê as adequações mais urgentes. A ASPLAN vai entrar em contato com o Roberto para ver o escopo do projeto.

REDESENHO ORGANIZACIONAL

A Indicação da Diretora Geral seria fazer um piloto na SGP, adjuntando o que fosse possível para esse ano. Segundo ela, 700 mil para o ano que vem seria complicado, então o melhor seria antecipar. Deliberou-se pela constituição da equipe para dar início a realização do piloto.

EPS (exames periódicos de saúde)

A gerente indicada (Elisa Perpétuo, da ASSEEDG) está de férias, devendo nomear equipe ao retornar.

EJE (incentivo à participação voluntária de magistrados)

Suzana, em contato com a ASPLAN, identificou que a participação dos magistrados não alcança o eleitorado, pois o percentual atingido é mínimo. Propôs a retirada do Plano de ação do PDE, e o estudo de alternativas que possam ter um alcance maior. Poderia ser feita uma parceria com a Secretaria de Educação para treinar professores, o TRE-RJ forneceria o conteúdo e com isso haveria um atendimento de um número maior de pessoas, visto que há mais de mil escolas de nível médio. Foi sugerido desdobramento em 2 planos de ação:

- Estudo de viabilidade para o estabelecimento de convênios.
- Estudar propostas de incentivo a participação dos magistrados, considerando inclusive propostas de resolução (que por exemplo, some pontos para seleção e/ou promoção de juízes eleitorais).

Foi deliberada a descontinuidade do plano, sem prejuízo do mesmo continuar na rotina da EJE, com apresentação de outro plano, conforme propostas acima, a fim que seja avaliada a inclusão no PDE ou não.

Estudo de Viabilidade – Canais de Comunicação com Publico Interno

Foi proposto, em função da troca de gestão na SGP, que poderia haver extensão no prazo para apresentação do relatório propositivo, após acerto com a ASPLAN.

CAT - Central de Atendimento Telefônico ao Eleitor

O projeto foi concluído dentro do escopo definido, mas foi proposta, pela gerência do projeto, a ampliação para inclusão de linha 0800, não havendo necessidade de se manter no PDE para fazer esta melhoria. A Diretora Geral ponderou que não há necessidade de se fazer estudo de viabilidade no PDE para isto, pois o 0800 é importante, tal como o 148 da Justiça Eleitoral. Pode-se fazer um levantamento da demanda e identificar de onde vem a chamada, porque de acordo com Gilson paga-se isso conforme a origem do chamado. Segundo Simone, essa é a intenção do gerente do projeto.

A Diretora Geral argumentou que não via necessidade de prorrogar o projeto por conta de melhorias. Soraya enfatizou que a unidade gestora teria que cuidar das melhorias. Fabio entende que o custo será alto, porque todos aqueles que ligam pagam de uma ou outra forma, e no caso do 0800 as ligações recebidas pelo CAT deverão ser pagas pelo Tribunal. A Diretora Geral afirmou que o novo contrato para o CAT seria uma oportunidade para se fazer este levantamento. Reforçou que o pessoal do interior não tem acesso à Internet, embora só 30% da população não tem smartphone, há pessoas que não têm como acessar a internet e nem usam o telefone para agendar. Simone Ferreira, da Presidência, se mostrou disposta a dar respaldo e apoio ao estudo sobre o 0800, pois acredita que só se pode pensar numa solução 0800, 147, 4003 ou outra após identificação correta do impacto da mesma. Segundo Flávio Celano, com a adoção de tecnologia VOIP o custo de telefonia deve ser reduzido, o que poderia absorver o impacto. Simone argumentou que o TRE estaria dificultando o acesso da população caso fosse exigida ligação para a sede ou o uso de internet para agendamento. Soraya ponderou que o contrato da telefonia também deveria ser estudado, pois a unidade informou que há gordura que pode ser cortada, como por exemplo, o alto custo de ligações para telefones móveis, permitindo o custeio desse tipo de serviço. Simone lembrou que a forma de atender padrão é pelo agendamento e que somente em caso de urgência é por ordem de chegada. Assim, mesmo que isto saia do CAT existe a necessidade de um projeto para melhoria do agendamento. A Diretora Geral afirmou que tem que haver o projeto, mas não no PDE. Acrescentou que deve haver um projeto para rever o contrato de telefonia. Renata reforçou que para entrar no PDE o projeto deveria estar mais robusto, com maiores informações. A Diretora Geral então apontou o estudo de viabilidade para rever a forma do contrato de telefonia como um todo. Simone ponderou que para saber se o sistema atenderia ou não deveria ser conhecido o custo. A Diretora Geral replicou que o estudo pode abranger tudo. Soraya afirmou que um estudo em separado pode redundar em esforço para 0800 e após não saber como custear. A Diretora Geral levantou a seguinte questão: uma vez que se use a verba da biometria, o que será feito depois de 2022, quando este recurso não estiver mais disponível? Será usada a verba de custeio? Soraya questionou o fato do Estudo de Viabilidade para estruturação de canais com o público externo não incorporar o 0800, visto que a gerência seria a mesma, e o 0800 seria um problema de comunicação com o público externo. Além disso, sugeriu que o ideal seria incluir no escopo deste projeto. Com relação ao custo (impacto orçamentário), o mesmo deveria estar previsto um estudo de viabilidade. Como se sabe que a telefonia está com um orçamento muito alto, seria necessário analisar a capacidade de a telefonia custear o 0800. Renata perguntou então se poderia haver migração da questão do 0800 para o Estudo de Viabilidade de Comunicação com

o Público Externo. Deliberou-se que sim, e que seria finalizado o projeto do CAT. Simone perguntou se haveria a possibilidade de a equipe de telefonia entrar em contato com a empresa de telefonia para negociar o contrato, porém Celano respondeu que a OI não faz negociações desse tipo. A Diretora Geral acrescentou que teria que se fazer outro contrato, em moldes diferentes. Flavia afirmou que o Estudo de Viabilidade VOIP inclui analisar o custo de telefonia e ver o impacto. Simone argumentou que a revisão do custo de telefonia não está no projeto do Estudo de Viabilidade com o Público Externo. A Diretora Geral afirmou que não está, que seria operacional e que correria em paralelo.

PJE 1º. Grau

Renata informou que a VPCRE pediu mais tempo para a elaboração da ficha, e que nas próximas reuniões faria os devidos ajustes a esse prazo. A Diretora Geral perguntou quando seria a próxima reunião. Soraya respondeu que seria em 23 de agosto e que havia a intenção de reduzir o prazo das reuniões de projeto para 1 vez por mês, antes da reunião dos gestores. Acrescentou que na pauta da RAE já estava incluída esta proposta.

IA 70

Foi informado que a planilha já foi elaborada e que falta marcar reunião para discussão com as unidades.

OE 3 – Combater Ilícitos Eleitorais

Destacou-se que o Objetivo Estratégico está priorizado no PE, mas não tem iniciativa associada. A VPCRE e PRES iam se contactar a respeito, mas com a alteração dos indicadores, o Objetivo Estratégico fica sob responsabilidade da Presidência. Simone enfatizou que não há como pensar em iniciativas agora porque não houve como medir os indicadores novos. Acrescentou que com relação ao tema da jurimetria, que com base nas reuniões realizadas ainda não há elementos para elaborar um Estudo de Viabilidade, pois seriam necessárias algumas respostas que estão pendentes. A Diretora Geral argumentou que o Estudo de Viabilidade serviria para identificar se a iniciativa é viável. Simone destacou que para fazer o estudo de viabilidade é preciso pelo menos saber o que se quer, e neste momento nem isto é conhecido. A Diretora Geral ressaltou que a jurimetria serve para medir e identificar gargalos nos processamentos de feitos, a fim de aumentar a agilidade do processo. Simone julgou inoportuno o início dos trabalhos para elaborar um estudo de viabilidade, considerando que em uma semana, dependendo das respostas da empresa, existe a possibilidade de se descobrir que o desejado não é possível de ser realizado. Sugeriu iniciar o estudo sem mencionar a jurimetria. Segundo Soraya, este estudo de viabilidade já estaria contemplado no “estudo de viabilidade para o aumento de celeridade dos processos prioritários”. Renata destacou que no referido estudo várias sugestões já foram implementadas, restando pendentes a avaliação de outras. Soraya levantou a questão do CGE analisar o estudo e deliberar sobre o que poderia virar plano de ação, estabelecendo um controle sobre isso. Indicou reunião específica sobre este assunto no prazo de 15 dias.

Restando pendente esta definição sobre o OE3 no PDE, a ASPLAN se comprometeu a reenviar a planilha resumo do “Estudo de viabilidade para o aumento de celeridade dos processos prioritários” para as unidades.

Assuntos diversos

A Diretora Geral reforçou a necessidade de voluntários das unidades para ajudar na inseminação de urnas em Cabo Frio, seriam necessárias 9 pessoas para ajudar nos dias 15, 18, 19 e 20 na Rodrigues Alves e 6 pessoas voluntárias nos fins de semana sexta, sábado e domingo, dias 22, 23 e 24 em Cabo Frio e Rio das Ostras.

Flavia informou a todos a programação da Semana Ambiental, em função do dia Mundial do Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

De acordo:

Adriana Freitas Brandão Correia

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

Érica Ferreira

Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu

Fábio Lami Júnior

Flávio Augusto Castanheira Celano

Ana Luíza Claro da Silva

André dos Santos Sant'Anna

Fernando José da Fonseca

Luciana Batista

Márcia de Moraes Lopes

Soraya Previtali Morisson

Eneida Salazar de Moura

Suzana Soares de Araújo

Renata Motta Geronimi

Flávia Conceição de Lima Vidal